

SECRETARIA DE SAÚDE

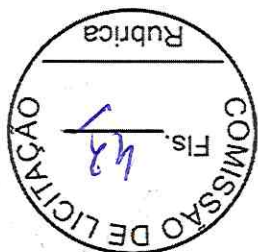
ISLAYNE DE FÁTIMA COSTA RAMOS

Islayne de Fátima Costa Ramos

Canindé/CE, 28 de fevereiro de 2024.

Hoje, nesta cidade, na sede Prefeitura Municipal de Canindé, autuo e tomo o processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2024-DL, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS ORDENS JUDICIAIS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ/CE, que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, ISLAYNE DE FÁTIMA COSTA RAMOS, SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ/CE, o subscrevo.

### AUTUAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CANINDÉ  
GOVERNO DIFERENTE



*[Handwritten mark]*

CONSIDERANDO que para a aquisição dos medicamentos por via judicial deve-se atentar a composição dos processos visto que se faz necessário a presença de documentos comprobatórios da urgência apresentada, constam em anexo como parte integrante aos autos (exceto os processos sob sigredo de justiça e arquivamento definitivo sem processamento digital).

Justificamos a aquisição em epígrafe, considerando que a emergência decorre de um risco iminente, a exemplo de uma interrupção de tratamento com prejuízos para a saúde dos pacientes ou mesmo de morte, caso o município não promovesse uma ação imediata para sanar o desabastecimento que enfrenta atualmente. Por fim, o objetivo do procedimento de aquisição dos medicamentos para tratamentos médicos são decorrentes de uma situação emergencial para atender demandas decorrentes de decisões judiciais são finalizados. Conforme processos judiciais em anexo.

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade de serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

Em virtude da estimativa, a fundamentação adotada especificamente ao presente procedimento será a constante do artigo Nº 75, Inciso VII da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:

A presente dispensa de licitação emergencial encontra amparo no Decreto Municipal Nº 001/2024, de 09 de janeiro de 2024, a qual regulamentou o procedimento de contratação direta advindo da Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações.

**1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DO ESTADO DE EMERGÊNCIA**

A Senhora, ISLAINE DE FÁTIMA COSTA RAMOS, SECRETÁRIA DE SAÚDE, vem abrir o presente processo de dispensa de licitação emergencial para a aquisição de medicamentos para ATENDER AS ORDENS JUDICIAIS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANINDE/CE, nos termos de como segue.

**TERMO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2024-DL**



*[Handwritten mark]*

No tocante a ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP, não fora apresentado, considerando a faculdade posta no inciso do art. 22 da Lei Federal n.º 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e no inciso I, do parágrafo § 4º do art. 5º do Decreto Municipal n.º 001/2024, de 09 de janeiro de 2024, fica dispensa a apresentação do ETP, haja vista a baixa complexidade do objeto.

A SOLICITAÇÃO DE DESPESAS OU DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD, ANÁLISE DE RISCO E TERMO DE REFERÊNCIA no presente caso, encontram-se anexos aos autos.

**> ART. 72, INCISO I DA LEI FEDERAL N.º 14.133/21. DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA E, SE FOR O CASO, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ANÁLISE DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO OU PROJETO EXECUTIVO.**

A qual passamos a discorrer e verificar o fiel cumprimento ao exigido na norma.

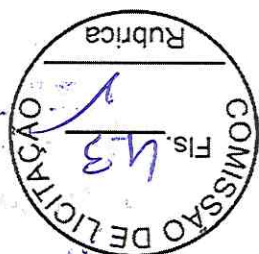
- VIII - autorização da autoridade competente.
  - VII - justificativa de preço;
  - VI - razão da escolha do contratado; qualificação mínima necessária;
  - V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e orgâmentários com o compromisso a ser assumido;
  - IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos atendimento dos requisitos exigidos;
  - III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o no art. 23 desta Lei;
  - II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida executivo;
  - I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto seguintes documentos:
- Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os

Quanto a formalização do presente procedimento, essa fora baseada nos requisitos impostos pelo art. 72 da Nova Lei de Licitações, a qual traz como elementos necessários ao procedimento de contratação:

**2. DA FORMALIZAÇÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CANINDE**  
GOVERNO DIFERENTE







PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CANINDE**  
GOVERNO DIFERENTE



> ART. 72, INCISO VIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133/21  
**ESTIMATIVA DE DESPESA, QUE DEVERÁ SER CALCULADA NA FORMA ESTABELECIDADA NO ART. 23 DESTA LEI**

A estimativa da despesa foi produzida mediante a apuração de preços decorrentes de cotações realizadas no âmbito do mercado local/regional. Para fins de parâmetro de apuração, utilizou-se a média aritmética.

As cotações de preços foram realizadas em consonância com as disposições constantes do art. 23 da Nova Lei de Licitações, tendo sido realizada cotações de forma não combinada às possibilidades facultadas pela mesma norma.

> ART. 72, INCISO VIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133/21  
**PARECER JURÍDICO E PARECERES TÉCNICOS, SE FOR O CASO, QUE DEMONSTREM O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS.**

O parecer jurídico da presente contratação encontra-se devidamente repousado aos autos, de modo que houve a clara manifestação opinativa pela procedência da formalização da presente demanda. Em virtude da baixa complexidade do objeto, não houve demanda e, por conseguinte, apresentação de pareceres técnicos a presente demanda.

> ART. 72, INCISO IV DA LEI FEDERAL N.º 14.133/21  
**DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO.**

A demonstração de compatibilidade encontra-se anexada aos autos, mediante a Disponibiliza de Recursos Financeiros - DRF, conforme preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000), tendo sido apontado a existência de créditos orçamentários disponíveis para a presente contratação, bem como, fonte de recursos correspondente.

> ART. 72, INCISO V DA LEI FEDERAL N.º 14.133/21  
**COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA.**

A princípio, os documentos de habilitação restaram por devidamente fixados no termo de referência da dispensa.

Para fins de utilização do critério de escolha dos documentos a serem exigidos, este procedimento se deu pela realização da verificação da natureza do objeto, ante a fundamentação e a complexidade da demanda, tudo isso, em contraponto ao rol de documentos possibilitados e elencados no art. 62 da Nova Lei de Licitações.

5

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CANABIDIOL ISOLADO - 200MG/ML-C/30 ML + SERINGA SOLUÇÃO	PRATI	02	CAIXA	R\$ 2.770,00	R\$ 5.540,00
02	VORICONAZOL - 200 MG - CX C/ 14 COMPRIMIDOS	CRISTALIA	06	CAIXA	R\$ 1.170,00	R\$ 7.020,00
03	TIAMAZOL - 5 MG - CX C/ 100 COMPRIMIDOS	BIOLAB	02	CAIXA	R\$ 36,40	R\$ 72,80
VALOR TOTAL DOS ITENS: R\$ 12.632,80 (DOZE MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)						

O valor a ser contratado será de R\$ 12.632,80 (DOZE MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS), deste modo, entende-se que, pelo fato de que o mesmo e encontra em margem próxima ao valor máximo estimado apurado, contudo, estando inferior a esta estimativa, deste modo, o preço apresentado encontra-se dentro do limite aceitável pela Administração.

O preço da contratação é justificável pelo fato de que a empresa OTAVIO MAGALHAES SOUSA inscrita no CNPJ sob o nº 11.278.164/0001-00, apresentou proposta de preços em compatibilidade com a estimativa apontada ao presente objeto, conforme mapa de preços/orgamento anexo.

**JUSTIFICATIVA DE PREÇO.**

> ART. 72, INCISO VII DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21

Apurou-se o menor preço entre aqueles os quais já tinha ofertado pesquisa de preços para fins de confecção de orgamento balisativo, a qual a proposta mais vantajosa foi do proponente OTAVIO MAGALHAES SOUSA inscrita no CNPJ sob o nº 11.278.164/0001-00, pelo valor global dos itens de R\$ 12.632,80 (DOZE MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS), estando estes compatíveis com a realidade mercadológica verificada pela Secretaria contratante com base em sua expertise e parâmetros de análise e verificação.

Lei de Licitações.

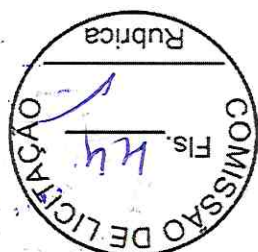
A escolha do contratado se deu de acordo com o critério de julgamento escolhido pela autoridade competente para fins de realização do julgamento do presente procedimento, tendo sido adotado o tipo de MENOR PREÇO e o critério de julgamento POR ITEM, na forma do art. 33, inciso I da Nova

**RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO.**

> ART. 72, INCISO VI DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CANINDE  
GOVERNO DIFERENTE





ISLAAYNE DE FATIMA COSTA RAMOS  
SECRETARIA DE SAÚDE

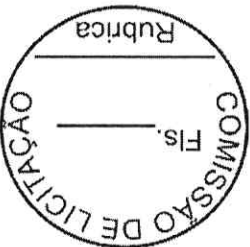
Canindé/CE, 28 de fevereiro de 2024.

Considerando a verificação do preenchimento dos requisitos legais estipulados pela **LEI FEDERAL Nº 14.133/21**, claramente havendo o enquadramento do objeto ante a fundamentação escolhida, como também tendo sido verificado o preenchimento de todos os requisitos formais de formalização a que se fazem imprescindíveis ao presente procedimento de contratação, logo, conclui-se pela procedência da demanda e pela contratação do objeto.

### 3. CONCLUSÃO

O termo de autorização para fins de abertura e instauração do presente procedimento encontra-se anexo aos autos. Nele, encontra-se a fundamentação a ser adotada ao presente procedimento, o tipo e o critério de julgamento, bem como, os documentos anexos a abertura e formalização do processo.

> **ART. 72, INCISO VIII DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21**  
**AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CANINDÉ**  
GOVERNO DIFERENTE



*[Handwritten signature]*

b) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do Art. 125 da Lei Nº. 14.133/21;

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

3.1.2. Os materiais licitados deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Ordem de Compra pela administração, no local definido pela contratante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato, e ainda:

3.1.1. Assinar e devolver a ordem de compras ao Município de Canindé/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

### 3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

#### CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

2.1. Este contrato fundamenta-se na o Decreto Municipal Nº 001/2024, de 09 de janeiro de 2024, art. 75, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 - Nova Lei de Licitações, alterado pelo Decreto Federal nº 11.871/23.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Constitui o objeto do presente contrato a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS ORDENS JUDICIAIS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ/CE.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

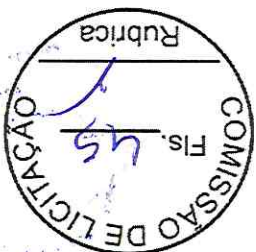
O GOVERNO MUNICIPAL DE CANINDÉ, CEARÁ, com sede na \_\_\_\_\_ - Canindé/Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº \_\_\_\_\_, por intermédio da **Secretaria de Saúde**, neste ato representado(a) pelo(a) seu(a) respectivo(a) Secretário(a)/Ordenador(a) de Despesas, Sr(a). \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) de **CONTRATANTE**, no final assinado e a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF Nº \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente contrato, decorrente de processo de dispensa de licitação nº 005/2024-DL e em conformidade com as disposições contidas na Lei Nº 14.133/21:

CONTRATO Nº \_\_\_\_\_

#### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CANINDÉ**  
GOVERNO DIFERENTE





5.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado caso seja permitido pelo art. 107 da Lei nº 14.133/21.

5.2. A prestação do serviço lícitado deverá ser feita de forma parcelada, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de **ORDEM DE COMPRA**, pela unidade administrativa contratante;

5.2.1. Em até **05 (cinco) dias**, a contar da emissão da **ORDEM DE COMPRA**, nos locais determinados pela CONTRATANTE.

5.3. O objeto deverá ser executado rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência bem como na proposta vencedora, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

## CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

f) Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os materiais, se for o caso;

g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste instrumento convocatório, termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

h) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

i) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

j) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

4.1. São obrigações da CONTRATANTE:

## CLAUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

3.1.6. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento dos materiais.

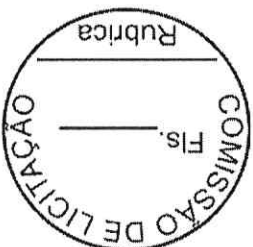
3.1.5. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de preposto, na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

3.1.4. O objeto deverá ser executado, conforme estabelecido no presente contrato e no edital da licitação, em endereço e prazos estipulados previamente, designado pela Unidade Gestora, compreendido durante o período contratual e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e no contrato, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

3.1.3. No caso de constatação da inadequação do objeto lícitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

3.1.4. O objeto deverá ser executado, conforme estabelecido no presente contrato e no edital da licitação, em endereço e prazos estipulados previamente, designado pela Unidade Gestora, compreendido durante o período contratual e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e no contrato, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Canindé/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CANINDÉ**  
GOVERNO DIFERENTE





## CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pela CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito, reconhecido os direitos da Administração.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considerar-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.2.1. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.2.2. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

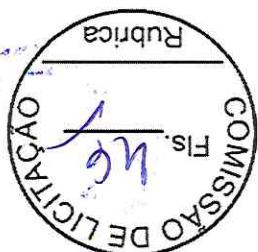
7.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.4.2. As peculiaridades do caso concreto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CANINDE**  
GOVERNO DIFERENTE





8.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta específica, após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais e recibos à tesouraria, juntamente com Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais; Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual; Prova de Regularidade relativa a

8.2. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos.

R\$							
Nº	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT.	VL. UNID (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	01
					R\$	R\$	

8.1. O valor global da presente avença é de R\$ \_\_\_\_\_ a ser pago em até 30 (trinta) dias, conforme a entrega dos materiais, contado da apresentação da fatura, se superior aquele limite, observada a ordem cronológica estabelecida no Art. 12, inciso II e Art. 141 da Lei nº 14.133/2021, após protocolização e aceitação Notas Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pela comissão competente. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação de regularidade fiscal, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme especificações abaixo:

### CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR, REAJUSTE E FORMA DE PAGAMENTO

Edital.

7.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo de agente público.

7.10. O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa típica pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR.

7.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

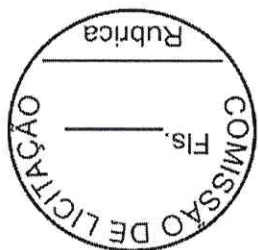
7.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;





*[Handwritten signature]*

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelos arts. 124 e 125 da Lei Nº. 14.133/21, e suas alterações posteriores, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).  
10.1.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).  
10.1.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

#### CLAUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da Classificação Orçamentária prevista no manual com a seguinte Dotação: \_\_\_\_\_ - ( \_\_\_\_\_ ); ELEMENTO DE DESPESAS: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) - Fonte de Recursos: \_\_\_\_\_.

#### CLAUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.6. Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a remuneração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d" da Lei Nº 14.133/21, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

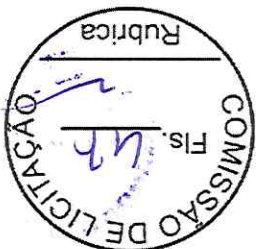
8.5. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:  
a) Quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;  
b) Quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;  
c) Inadimplência da CONTRATADA na execução do contrato.

8.4. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desacelere o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências;

8.3. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desacelere o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências;

8.2. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desacelere o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências;

8.1. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desacelere o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências;



Testemunhas:  
1. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

<RAZÃO SOCIAL>  
\_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Sr(a): \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
CONTRATADA

<<SECRETARIA>>  
Sr(a): \_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO(A)/ORDENADOR(A)  
CONTRATANTE

Canindé/CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

13.1. Este contrato encontra-se subordinado a Legislação específica, consubstanciada na Lei Nº 14.133/21, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado;

13.2. Fica eleito o Foro da Cidade de Canindé/CE, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente;

13.3. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, e lavrado o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CANINDE**  
GOVERNO DIFERENTE

